RESUMO DA PORTARIA CONJUNTA Nº 006/2011-MP/1ª E 3ª PJI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 214119

AS 1ª e 3ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITAITUBA tornam pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL, que se encontra à disposição na Trav. Paes de Carvalho, s/nº - Centro.

INQUÉRITO CIVIL 006/2011-MP/1ª E 3ª PJI

Objeto: Apurar irregularidades na contratação, sem a prévia aprovação em concurso público, de servidores da Coordenadoria Municipal de Trânsito de Itaituba - COMTRI.

Itaituba/PA, 21 de fevereiro de 2011.

MAURIM LAMEIRA VERGOLINO

Promotor de Justiça Substituto, em exercício no 1º Cargo de Itaituba

ANTONIO MANOEL CARDOSO DIAS

Promotor de Justiça Substituto, em exercício no 3º Cargo de Itaituba

RESUMO DA PORTARIA Nº 001/2011-MP/3ª PJCAP
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 214113

A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAPANEMA torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, que se encontra à disposição na Av. Barão de Capanema, 1011 - Centro (Fórum), Capanema/PA.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 001/2011-MP/3ª PJCAP

Objeto: Apurar denúncia apresentada pelo SBT, no dia 23.02.2011, de que os estabelecimentos de ensino de Capanema estão sem merenda escolar.

Capanema/PA, 23 de fevereiro de 2011.

NADILSON PORTILHO GOMES

Promotor de Justiça

RESUMO DA PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2011-MP/1ª E 3ª PJI E GEPROC
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 214114

AS 1ª e 3ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITAITUBA e o GEPROC tornam pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL, que se encontra à disposição na Trav. Paes de Carvalho, s/nº - Centro.

INQUÉRITO CIVIL 001/2011-MP/1ª E 3ª PJI E GEPROC

Objeto: Apurar desvio de dinheiro público na Prefeitura Municipal de Itaituba.

Itaituba/PA, 17 de fevereiro de 2011.

MAURIM LAMEIRA VERGOLINO

Promotor de Justiça Substituto,

em exercício no 1º Cargo de Itaituba

ANTONIO MANOEL CARDOSO DIAS

Promotor de Justiça Substituto,

em exercício no 3º Cargo de Itaituba

MILTON LUIS LOBO DE MENEZES

Promotor de Justiça

Coordenador do GEPROC

GILBERTO VALENTE MARTINS

Promotor de Justiça

GEPROC

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2011-MP/PJB
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 214099

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio do Promotor de Justiça de Bujaru-PA, Dr. **Laércio Guilhermino de Abreu**, que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e infraconstitucionais, com fundamento no art. 27, IV da Lei nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, e ainda,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, art. 129, *caput*);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, expedir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO já ter sido realizado audiência pública e reuniões no âmbito da Promotoria de Justiça de Bujaru para tratar do assunto relativo ao serviço de transporte na travessia do rio Guamá (Bujaru-Inhangapi, vice-versa) operado pela empresa Henvil Transportes Ltda.;

CONSIDERANDO ser público e notório que os dias e horário de maior movimento são: **terça-feira e quinta-feira nos horários de 07:00 as 10:00**, no sentido Inhangapi-Bujaru e **quinta e sexta-feira 16:00 as 19:00** no sentido Bujaru-Inhangapi;

CONSIDERANDO que, não obstante as reuniões e as audiências públicas, os serviços permanecem inadequados, visto que a periodicidade de uma balsa para outra não mais atende a demanda dos municípios de Bujaru e dos demais usuários dos municípios da região, a saber, Concórdia do Pará, Tomé-Açu, Acará, entre outros, que, inevitavelmente, necessitam da travessia, ocorrendo a lotação da balsa até mesmo, em algumas

ocasiões, face a excessiva demanda, antes do horário de partida, ficando inúmeros veículos aguardando na fila o outro horário sucessivo da balsa, fato que, igualmente, é público e notório;

RECOMENDA:

1 - Que esta empresa, na condição de permissionária, autorizada ou concessionária do serviço público em questão, obedecendo as formalidades legais e as cautelas de estilo, adote providências com vista a melhorar e tornar mais eficiente a realização do serviço de transporte fluvial, através de Balsas, do serviço público concedido pelo ente Estatal, seja dispondo de balsas maiores, com maior capacidade, de modo a atender toda a demanda nos dias e horários constatados e publica e notoriamente sentidos por todos, consoante prazo do terceiro Considerando desta Recomendação, seja viabilizando operacionalização de horário extra intermediário ao horário ordinário de travessia, nos referidos dias e horários de maior movimento, de modo a atender a demanda, tudo em homenagem aos Princípios Constitucionais da Eficiência, da Dignidade da Pessoa Humana, entre outros.

2 - Que esta empresa, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a conta do recebimento deste, adote as providências ora recomendadas e, no mesmo prazo, informe à Promotoria de Justiça de Bujaru sobre as providências adotadas.

Bujaru, 04 de março de 2011.

LAÉRCIO GUILHERMINO DE ABREU

Promotor de Justiça Titular de 1ª Entrância de Bujaru

PORTARIA Nº 3.184/2007-MP/PGJ

RESUMO DA PORTARIA Nº 005/2011 - MP/PJIM

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 214101

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR, que se encontra à disposição na Rua Rui Barbosa, 813, Centro, Igarapé-Miri/PA.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR Nº 005/2011-MP/PJIM

Objeto: Apurar denúncia, oriunda do Conselho Tutelar de Igarapé-Miri, de possível abandono da criança MARILIA, nascida em 27.09.2009, no Hospital e Maternidade do Povo, na cidade de Belém/PA, filha de Joilma Tavares Monteiro, praticada pela própria mãe, a qual entregou a criança ao casal Maria de Jesus Braga Sardinha e Ailton Maciel Almeida, e, estes por sua vez, novamente, abandonaram-na com Lucilene Braga Rodrigues, tia de Maria de Jesus, com quem até a presente data a criança permanece, dispensando a mesma, tratamento adequado como se sua filha fosse.

Igarapé-Miri/PA, 24 de fevereiro de 2011.

ÉRICA ALMEIDA DE SOUSA

Promotora de Justiça de Igarapé-Miri, em exercício

DECISÃO FINAL ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO

PÚBLICO - PA Nº 096/09-MP/PJFME

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 214097

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 096/09

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2008

INTERESSADO: SOCIEDADE UNIDOS VENCEREMOS

DECISÃO FINAL ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A **SOCIEDADE UNIDOS VENCEREMOS**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 15.277.718/0001-05, situada na Rua Betânia, Passagem São José nº 2529 - Bengui, CEP 66.630-140, nesta cidade e comarca de Belém, em 14/05/2009 foi notificada (fls. 02) a apresentar suas contas relativas ao ano-calendário de 2008, nos termos dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e 31 da Lei nº 8.742/93.

Às fls. 04 a 57, a representante da entidade, Sra. Domingas Neris Martins Quinto, protocolizou administrativamente no Ministério Público a prestação de contas do exercício de 2008.

Às fls. 58, o apóio contábil do Ministério Público requereu que a entidade apresentasse os seguintes documentos: a) balanço patrimonial, demonstração do Superávit ou Déficit dos Exercícios (com receitas e despesas detalhadas) COMPARATIVOS e Balancete de Verificação Final, elaborados de acordo com os princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, assinados pelo contador, com indicação do número do CRC, e pelo representante legal da entidade; b) parecer do conselho fiscal ou órgão equivalente e; c) declaração devidamente assinada pelo representante legal da entidade, informando a existência de servidor público entre os seus dirigentes e, caso exista, informar a que órgão pertence.

No verso de fls. 30, as diligências contábeis foram deferidas sendo, a partir de 22.10.2009, concedido o prazo de 15 (quinze) dias à entidade para apresentar os documentos faltantes.

Conforme manifestação de fls. o apóio contábil do Ministério Público, considerando que a entidade não apresentou os documentos faltantes, manifestou-se pela desaprovção das contas em razão da documentação incompleta.

Essa, a suma dos fatos.

Cuida este procedimento administrativo da análise das contas do ano-calendário 2007 da entidade denominada **Ação Social**

Comunidade Amiga.

O apóio contábil desta promotoria sugeriu a desaprovção das contas apresentadas porque a referida entidade não apresentou os documentos enumerados às fls. 30, apesar da existência de concessão de prazo para apresentar a documentação contábil que permitissem à análise das contas apresentadas, via SICAP, ao Ministério Público.

O dever de prestar contas

O dever de prestar contas, contra a qual se debatem vários segmentos ligados às fundações privadas e organizações não-governamentais, notadamente aquelas que, fraudando a verdade, procuram antagonizá-lo ao comando da eficiência, constitui no Direito Comparado, norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos ou privados. Basta lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, registra em seu artigo 15; *"a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração"*.

A Constituição Federal coloca as vigas mestras do dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, ao estabelecer que **"prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária"**.

O dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações patrimoniais.

O dever de prestar contas ao Ministério Público pelas entidades de interesse social

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentem em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.

As entidades de interesse social são constituídas visando a atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Para uma associação ser caracterizada como de interesse social, faz-se mister que ela exerça, por meios de seus objetivos, missão de relevância como um todo.

Destarte, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente.

Na seara infraconstitucional, o **Decreto-Lei n. 41, de 18.11.1966**, dispoendo sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Diz-nos o Dec. Lei n. 41/66 que:

"Art. 1º. Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita à dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei."

Art. 2º. A sociedade civil será dissolvida se:

I- deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;

II- aplicar as importâncias representadas pelos auxílios subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;

III- ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada nos seus órgãos diretores."

Art. 3. °Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação rege-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil "

Assim, o Decreto Lei n. 41/1966, conforme testifica José Eduardo Sabo Paes, in *Fundações e Entidades de Interesse Social*, 5ª. Edição, Ed. Brasília Jurídica, p.g. 440, **"ao destinar ao Ministério Público, a qualidade (legitimatio ad causam) para promover a extinção das pessoas jurídicas referidas pelo Decreto-Lei nº 41/66 (art. 3º), que recebam subvenções ou auxílio do poder público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares (art. 1º), implicitamente imputa ao parquet o ônus de sua fiscalização e À ENTIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS. E não há competência sem meios para executá-la."**

Ora, se o Ministério Público tem legitimidade para apurar, mediante inquérito civil público, irregularidades nas associações e sociedades civis sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou que têm fins assistenciais.